



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011463-02.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor**
 Requerente: **Ana Claudia da Silva**
 Requerido: **Motorola Industrial do Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um telefone celular fabricado pela ré, o qual apresenta uma trinca na tela.

Alegou ainda que o encaminhou à ré, tendo esta informado que poderia fazer o conserto, coberto pela garantia, ou em caso contrário apresentaria o orçamento para que o aparelho fosse reparado, submentendo-o à sua análise.

Ressalvou que a ré após algum tempo lhe devolveu o produto acompanhado de laudo técnico com a menção de que a garantia não poderia ser utilizada em virtude de seu mau uso, apenas e tão somente.

Almeja ao recebimento de indenização no valor do bem ou ao recebimento de outro de igual marca e valor.

A pretensão deduzida não pode prosperar.

Com efeito, extrai-se do relato exordial que o problema apresentado na mercadoria (trinca na tela) é compatível com o seu uso inadequado.

Nesse contexto, as alternativas de início postas à disposição da autora (conserto coberto pela garantia ou realização de orçamento, em caso contrário) eram compatíveis com as peculiaridades do caso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A circunstância, porém, da devolução do produto ter-se operado em desconformidade com isso não dá à autora o direito de ver-se indenizada no valor do mesmo, bem como de receber outro produto em substituição.

Isso somente teria lugar diante das situações concebidas pelo art. 18 do CDC, mas não é o que se deu na hipótese vertente.

Poderá a autora pleitear a apresentação de orçamento para o conserto do aparelho, mas com isso não se confundem os pedidos alternativos formulados a fl. 01.

Ela não faz jus a nenhum deles, de modo que os mesmos não vingam.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**